



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Leitura equivocada 1

Após circular pelas redes sociais a informação de que na reforma administrativa da Prefeitura de Jundiaí existiria uma discussão sobre ideologia de gênero, a Câmara Municipal ficou lotada tanto por apoiadores do assunto quanto por contrários. A disseminação da informação foi feita pelo vereador Douglas do Medeiros (PP), que conclamou, pelo Facebook, a população a comparecer à Casa. O assunto rendeu embate com o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), que afirmou não existir discussão sobre o tema polêmico na reforma administrativa do Executivo. "Não vamos tratar disso como uma guerra santa", lamentou.

Leitura equivocada 2

Todo o embate aconteceu por conta de existir, na reforma administrativa da Prefeitura de Jundiaí, um cargo de assessor para políticas públicas LGBT. Esse termo, juntamente com a palavra 'gênero' na descrição da função, teria causado desconforto entre os cristãos. O vereador Douglas do Medeiros (PP) fez uma emenda que trocou as palavras por 'diversidade sexual' e 'sexo', respectivamente. A emenda foi aprovada.

De Várzea

O vereador Nil (PV), de Várzea Paulista, esteve presente na sessão da Câmara de Jundiaí, ontem, para participar das sessões ordinária e extraordinária do Legislativo Municipal. O parlamentar ficou na plateia, mas foi cumprimentado pelo presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB).

Na missa

Como esteve em audiência com o governador, o prefeito de Jundiaí, Luiz Fernando Machado (PSDB), enviou o gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, à Missa de Cinzas, na Catedral Nossa Senhora do Destino, no Centro, para representá-lo. O gestor participou de todos os ritos da celebração, presidida pelo bispo Dom Vicente Costa.

'Pai da criança'

Já diz o ditado popular: "quando a criança é bonita, todo mundo quer ser o pai." Assim também acontece com os recursos e as obras públicas. A verba de R\$ 2 milhões conseguida pela atual gestão municipal para o Hospital São Vicente de Paulo também é alvo da ação 'adotiva'. Há políticos se aproveitando da conquista alheia.

Nova moradia

Após reformas que custaram R\$ 24 mil aos cofres públicos, o presidente Michel Temer desistiu de morar no Palácio da Alvorada e retornou para a residência oficial da Vice-Presidência, o Palácio do Jaburu. Segundo auxiliares, o peemedebista disse que o Alvorada - residência oficial - é "grande e longo" e que o Jaburu é um local "mais aconchegante" para ele e sua família.

► PARA O SÃO VICENTE

Em audiência com Alckmin, Luiz consegue R\$ 12 milhões

O prefeito de Jundiaí, Luiz Fernando Machado (PSDB), esteve, no final da tarde de ontem, com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para discutir diversos assuntos. O chefe do Executivo voltou para a cidade com a certeza da subvenção mensal de R\$ 2 milhões para o Hospital São Vicente de Paulo por seis meses. A intenção é, no futuro, com a equalização das contas do hospital, pleitear a permanência deste recurso em forma de verba da Santa Casa Sustentável para a instituição. "Desde a transição estamos

negociando com o governador melhorias para a saúde. Essa verba de R\$ 2 milhões tem prazo de seis meses. A intenção é transformá-la em Santa Casa Sustentável apresentando os resultados do saneamento financeiro do hospital e dos atendimentos de alta complexidade que são ofertados para toda a Região", explicou Luiz, logo após sair da reunião, que durou duas horas, no Palácio dos Bandeirantes.

Ainda no tema saúde, os tucanos conversaram sobre a ampliação do atendimento

do Hospital Regional, que fica com a demanda de média complexidade, deixando o São Vicente com a alta complexidade.

Ainda na lista de assuntos conversados estão as alças de acesso da Anhanguera, o Parque Tecnológico e o convênio com o Centro Paula Souza para a TVTec. Um terreno existente atrás da Cetesb, na Vila Rami, também foi alvo da conversa. Segundo Luiz, a intenção é usar o espaço para a construção de um parque para a população do bairro. Luiz ainda teve tempo de



ENCONTRO Luiz durante audiência com o governador em busca de melhorias para Jundiaí

conversar com Alckmin sobre temas nacionais. "O governador está extremamente preparado, antenado com temas nacionais. Ele tem propostas e

projetos estruturantes nacionais", comentou, mas garantiu que a conversa não teve tom de pré-candidatura à Presidência da República. (L.M.)

► SÓ FALTA PUBLICAR

Emenda modificou termos de cargo de assessor para políticas públicas LGBT; economia será de R\$ 40 mi em 4 anos

Com reformas aprovadas, as nomeações começam em breve

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

As reformas administrativas do Paço e da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas) foram aprovadas, na noite de ontem, em sessão extraordinária, na Câmara de Jundiaí. Apenas uma emenda foi apresentada e também aprovada. A expectativa do Executivo é conseguir publicar as leis nas próximas edições da Imprensa Oficial do município. Com a medida, as nomeações começarão imediatamente e devem acontecer em até três etapas para preencher os cargos vagos. Em quatro anos, a economia será de R\$ 40 milhões aos cofres públicos.

Com o assunto discutido há semanas entre vereadores, prefeito e secretários, o projeto foi aprovado por unanimidade. No entanto, uma emenda, de autoria do vereador Douglas do Medeiros (PP), para troca de termos, provocou polêmica e não teve a aprovação de todos os parlamentares. "Apenas foram trocadas as palavras 'gênero' por 'sexo' e 'LGBT' por 'diversidade sexual'. Não havia necessidade de polêmica", comentou o assessor de Assuntos Parlamentares, José Galvão de Braga Campos, o Tico.

Segundo a defesa do autor da emenda, a modificação foi



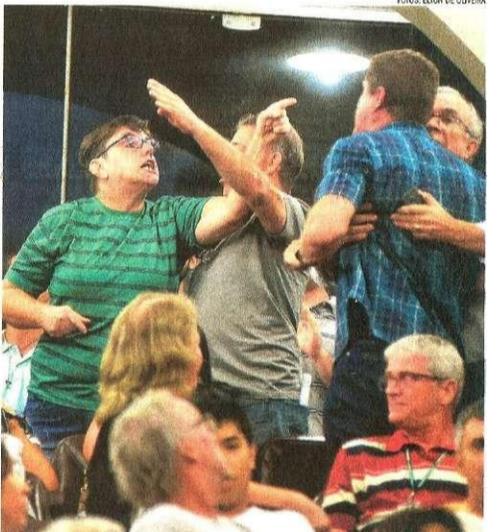
DEFENSOR Paulo Sérgio (esquerda) votou contra emenda à reforma administrativa

aprovada por quase todos os companheiros. A exceção foi o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), que defendeu a liberdade de gênero. "Essa é a votação de uma reforma administrativa, que vai economizar recursos da cidade. Esse cargo é igual ao de assessor para políticas voltadas a idosos, mulheres, negros e outros. Não é a mudança das palavras que modifica uma realidade. O gênero é uma discussão de educa-

ção. E não podemos fechar os olhos para isso", salientou.

Detalhes

A reforma administrativa eliminou 125 cargos comissionados, o que resulta na economia de R\$ 10 milhões ao ano para os cofres públicos. Durante a gestão, serão R\$ 40 milhões. O embate tomou tempo não só da sessão ordinária como da extraordinária. Na plateia, contrários e defensores



DISCUSSÃO Contrários e favoráveis à mudança de nomenclatura se enfrentaram

dos direitos da classe LGBT se enfrentaram com discussões. O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), precisou acionar a campanha para retomar a sessão.

Em breve

Ciente da aprovação das reformas, o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) afirmou que a intenção é dar início às nomeações logo que a publicação das leis seja feita. "Não gos-

to de dar prazos. Não sei se será possível publicar ainda na edição de sexta (amanhã) ou se na próxima semana. Assim que for publicada serão iniciadas as nomeações. Não irão acontecer de uma única vez. Acredito que em até três etapas todos os cargos estejam preenchidos", comentou o chefe do Executivo, enquanto voltava de São Paulo, de uma reunião com o governador Geraldo Alckmin (leia mais acima).

► DEPOIMENTO

Marcelo Odebrecht confirma encontro com Temer

O empreiteiro Marcelo Odebrecht confirmou nesta quarta-feira (1) ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que jantou com o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu, em Brasília, durante a campanha presidencial e que discutiu com ele uma contribuição para a campanha eleitoral de 2014.

Temer era candidato a vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff.

Odebrecht negou, no entanto, que tenha acertado um valor de contribuição para a campanha.

Ele afirmou acreditar que os montantes a serem doados tenham sido acertados previa-

mente entre Eliseu Padilha, homem de confiança de Temer e hoje ministro da Casa Civil, e Claudio Melo Filho, ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht.

Em sua delação premiada, Melo Filho afirma que o acordo foi feito diretamente por Marcelo Odebrecht, no encontro que o então presidente da empreiteira teve com Temer. "No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-Presidente da República como Presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R\$ 10.000.000,00."

Deste total, R\$ 4 milhões, segundo Melo, teriam sido destinados ao PMDB via Eliseu Padilha. Uma parte do dinheiro teria sido entregue no escritório de José Yunes, um dos melhores amigos de Temer. Yunes diz que serviu apenas de "mula involuntária" de Padilha, atendendo a um pedido dele de receber um "pacote" em seu escritório.

Os outros R\$ 6 milhões, segundo Melo, seriam destinados à campanha de Paulo Skaf ao governo de São Paulo.

Odebrecht confirma o valor mas disse no depoimento de hoje que depois soube

que o valor doado foi bem menor.

Em seu depoimento, o empreiteiro falou também que se encontrou várias vezes com Dilma Rousseff, mas que contribuições para campanhas eleitorais dela eram acertadas com o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

Ele contou, por exemplo, que Mantega, ainda no governo de Lula, ajudou a aprovar uma medida provisória que beneficiou o setor petroquímico e que significou um ganho de R\$ 2 bilhões ao grupo Odebrecht.

Não houve um pedido direto de propina em troca

do auxílio.

Mas o empresário diz que se criou uma expectativa de que a empresa contribuiria para a campanha presidencial de Dilma em 2010.

Mantega teria dito que a expectativa era de que a contribuição chegasse a R\$ 50 milhões. Parte do dinheiro, segundo Odebrecht, pode ter sobrado e sido destinada também à campanha de 2014. Outra parte do dinheiro seria para pagar os serviços do marqueteiro João Santana.

A Odebrecht tinha uma conta-corrente que se destinava a atender pedidos do PT. (Das Agências)